

Coleção
Eduardo Espínola

Matheus Souza Galdino

PROCESSOS ESTRUTURAIS

**Identificação, funcionamento
e finalidade**

Prefácio – Fredie Didier Jr.

2ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

2022

1216321



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Díagramação: Equipe JusPodivm

Capa: Ana Caquetti

G149p Processos Estruturais: Identificação, Funcionamento e Finalidade /
Matheus Souza Galdino – 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora
JusPodivm, 2022.
304 p. (Eduardo Espinola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-442-3700-7

1. Direito Processual. 2. Processos estruturais. I. Galdino, Matheus Souza.
II. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. PREMISSAS PARA A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS, QUESTÕES TERMINOLÓGICAS E PANORAMA DOUTRINÁRIO DO PROCESSO ESTRUTURAL.....	39
2.1 Premissas para a elaboração de conceitos	39
2.2 Questões terminológicas.....	41
2.2.1 Opção pelo estudo do conceito de processo estrutural, e não de decisão, medida, execução, provimento e litígio estrutural	41
2.2.2 Sentido do termo estrutura.....	45
2.3 Panorama doutrinário dos conceitos e características dos processos estruturais	48
2.3.1 Diversas análises relacionáveis a um mesmo fenómeno.....	48
2.3.2 <i>Public law litigation</i>	50
2.3.2.1 Conteúdo.....	50
2.3.2.2 Análise crítica.....	58
2.3.3 <i>Structural reform</i>	65
2.3.3.1 Conteúdo.....	65
2.3.3.2 Análise crítica.....	68

2.3.4	Policentria	75
2.3.4.1	Conteúdo.....	75
2.3.4.2	Análise crítica.....	80
2.3.5	Causalidade estrutural e espécie normativa resul- tante do processo.....	85
2.3.5.1	Conteúdo.....	85
2.3.5.2	Análise crítica.....	90
3.	O PROCESSO ESTRUTURAL ENTRE FATOS, NORMAS E DIREITOS	97
3.1	Dos fatos no processo estrutural.....	97
3.1.1	Considerações introdutórias: entre causalidade e teleologia. Tentativa de aperfeiçoamento da pro- posta de Mariela Puga.....	97
3.1.1.1	A causalidade e os elementos objetivos da demanda em um processo não estrutural.....	101
3.1.1.2	A teleologia e os elementos objetivos da de- manda em um processo estrutural (o proble- ma estrutural).....	105
3.1.2	Racionalidade entre meios e fins.....	115
3.1.2.1	Zweckrational como fundamento das carac- terísticas dos processos estruturais.....	115
3.1.2.2	Zweckrational e a racionalidade entre meios e consequências secundárias.....	118
3.1.2.3	Zweckrational e a deliberação sobre os fins como “plataforma” que possibilita fins adi- cionais.....	120
3.1.3	Estado de coisas e ação	125
3.1.3.1	Estado de coisas.....	125
3.1.3.2	Ação, estado de coisas ideal e efeitos	129
3.2	Das normas no processo estrutural	136
3.2.1	Entre normas-do-que-deve-ser e normas-do-que- -deve-fazer	136

3.2.2	Entre normas-princípio e normas-regra	139
3.2.2.1	Critérios de dissociação entre normas-princípios e normas-regras	139
3.2.2.2	A dissociação entre princípios e regras e seus impactos na compreensão do processo estrutural	142
3.2.2.3	Distinção entre os elementos e aspectos a serem observados na aplicação das regras e dos princípios e a cognição no processo estrutural.....	152
3.2.3	Normas de segundo grau e a instrução do processo estrutural.....	156
3.2.3.1	Normas de segundo grau.....	156
3.2.3.2	Os postulados da ponderação, da concórdância prática e da proporcionalidade na definição do fim (estado de coisas) a ser alcançado.....	160
3.2.3.3	O postulado da proporcionalidade e seus exames fundamentais.....	166
3.3	Dos direitos no processo estrutural.....	173
3.3.1	Características dos direitos tutelados e efetiváveis em decorrência do processo estrutural	173
3.3.1.1	Direitos que se tutelam no mundo dos fatos e de modo específico	174
3.3.1.2	Direitos que exigem o tempo destinado ao alcance de um estado de coisas.....	181
3.3.2	A tutela estrutural como um meio para o alcance das tutelas específicas.....	184
3.3.2.1	As tutelas inibitória, reintegratória (ou remoção do ilícito) e ressarcitória	184
3.3.2.2	A relação entre a tutela estrutural e as tutelas específicas.....	187

3.3.3	Distinção entre direito ao estado de coisas e direitos cuja efetivação decorre do alcance do estado de coisas. O fenômeno da múltipla incidência.....	191
3.3.4	Múltipla incidência e relação entre direito ao estado de coisas e direitos cuja efetivação decorre do alcance do estado de coisas	194
3.3.5	Exigibilidade do direito ao alcance do estado ideal de coisas	197
3.3.5.1	Exigibilidade do direito ao estado ideal de coisas e relação entre os direitos que se busca efetivar	197
3.3.5.2	Exigibilidade do direito ao estado ideal de coisas e relação com outros direitos que podem afetar ou ser afetados pelos meios adotados para o alcance do estado ideal de coisas	200
3.3.6	Do direito às técnicas	202
3.3.6.1	A prevalência das técnicas especiais sobre os procedimentos especiais.....	202
3.3.6.2	Limitação da cognição.....	204
3.3.6.3	Da técnica postergatória	205
3.3.6.4	Um provimento idôneo ao alcance do estado de coisas	207
3.3.6.5	Técnicas estruturais executivas	210
3.3.6.6	Competência adequada nos processos estruturais	223
4.	DO CONCEITO AO RACIOCÍNIO TIPOLÓGICO DE PROCESSO ESTRUTURAL.....	235
4.1	O conceito de processo estrutural nas três perspectivas do conceito de processo.....	235
4.1.1	O processo como modo de produção de norma jurídica e método de exercício de poder.....	236

4.1.1.1	Função, conteúdo, modo de produção e estabilidade das normas-princípio produzidas em um processo jurisdicional estrutural.....	239
4.1.1.2	Função, conteúdo, modo de produção e estabilidade das normas-regra dos processos estruturais	240
4.1.2	O processo como ato jurídico complexo	242
4.1.2.1	Um procedimento em duas fases	243
4.1.2.2	Ato final como efetivação da transição entre estados de coisas que possibilita a tutela dos direitos	246
4.1.3	O processo como relação jurídica	246
4.1.3.1	Ausência de distinção no conteúdo da relação jurídico-processual	247
4.1.3.2	Multipolaridade decorrente dos direitos tutelados e afetados pela transição entre os estados de coisa	247
4.1.4	Articulação dos conceitos apresentados.....	248
4.2	Processo estrutural: do conceito ao tipo.....	249
4.2.1	Considerações gerais sobre a distinção entre conceito e tipo	249
4.2.2	A necessidade da dupla abordagem, o fundamento geral e os fundamentos específicos que sustentam a aplicação de uma racionalidade tipológica na caracterização dos processos estruturais.....	253
4.2.2.1	A necessidade da dupla abordagem (conceitual e tipológica) e o fundamento geral da sociologia para aplicação do raciocínio tipológico aos processos estruturais	253
4.2.2.2	Fundamentos específicos para aplicação do raciocínio tipológico aos processos estruturais	256
4.2.3	Intratipos (ou série de tipos) do processo estrutural.....	265

4.2.3.1	Processo estrutural coletivo com multipolaridade	267
4.2.3.2	Processo estrutural coletivo sem multipolaridade	270
4.2.3.3	Processo estrutural individual com multipolaridade	272
4.2.3.4	Processo estrutural individual sem multipolaridade	274
5.	CONCLUSÃO	277
	REFERÊNCIAS	285